



**ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

Projeto de Lei nº 182 2020.

Autoriza o poder executivo a fornecer almoço nas férias dos discentes da rede pública estadual de ensino.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o poder executivo a fornecer almoço nas férias dos discentes da rede pública estadual de ensino.

§ único: Será também estendido aos discentes o fornecimento do almoço em caso de calamidade pública e/ou quaisquer outras circunstâncias que suspendam o período letivo.

Art. 2º Os cardápios devem atender as necessidades nutricionais básicas diárias do aluno.

Art. 3º Para efeitos desta Lei, devem os pais ou responsáveis solicitar a direção da escola a inclusão do(s) aluno(s) nos termos do art. 1º desta lei.

§ único: Poderá ser solicitada a inclusão do(s) aluno(s) no período letivo, em período de férias ou em período considerado de excepcionalidade diretamente a SEE – Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 4º Devem os pais ou responsáveis no ato da solicitação de inclusão do(s) aluno(s) comprovar que a renda familiar não ultrapassa três salários mínimos ou, em caráter especial, havendo solicitação, mediante estudo sócio econômico realizado pelo órgão competente, o reconhecimento do estado de carência do(s) discente(s).

Art. 5º As despesas decorrentes do disposto nesta Lei correrão à conta da dotação orçamentária própria podendo o Poder Executivo realizar remanejamentos para atender ao previsto nesta Lei.



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Art.6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

~~Sala das Sessões Deputado Francisco Cartaxo.~~

Rio Branco Acre, 19 de outubro de 2020.

Neném Almeida

BUPAC

JUSTIFICATIVA

É público e notório que a pandemia do COVID-19 fez e continua a fazer vítimas no Estado do Acre. Não sendo demais lembrar que a Organização Mundial de Saúde classificou o Coronavírus (COVID-19) como pandemia, com alto risco de transmissão e taxa de mortalidade.

A pandemia tem sido considerada por todos, como a maior crise humanitária a ser superada com inúmeros casos de pessoas contaminadas, milhares de óbitos, economia estagnada e pior, em recessão.

Para tanto, vigora o decreto nº 5.830, de 23 de abril de 2020, (calamidade pública) e as restrições sanitárias estipuladas pelo Ministério da Saúde quanto a prevenção ao contágio do Coronavírus (covid-19).

Dito isto, frente ao necessário e indispensável isolamento social que vem sendo a única alternativa viável de enfrentamento a disseminação da doença, muitas famílias que tem sua fonte de renda de forma autônoma, eventual, etc. estão passando por necessidades básicas alimentares.

Logo se faz necessária a intervenção do poder público, em especial aos alunos da rede estadual de ensino, destacando o acesso a alimentação que se encontrará prejudicada não somente neste momento de crise sanitária, mas também pelo período de recuperação econômica que deve se estender a médio e longo prazos.

Assim sendo, se faz necessária a intervenção direta e urgente do poder executivo desde a expedição da presente lei a prestar assistência alimentar aos alunos da rede estadual de ensino com o fim de amenizar o sofrimento causado pela fome o que impede o crescimento intelectual dos discentes.

Desta feita, o poder executivo ficará desde já, autorizado a implementar esta urgente ação de assistência social.



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Sala das Sessões Deputado Francisco Cartaxo.

Rio Branco Acre, 19 de outubro de 2020.


Neném Almeida
BUPAC